

MULHERES E PROSTITUIÇÃO: RELATOS E SUBJETIVIDADES SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE FORTALEZA/CE

Área Temática: Políticas Públicas e Direitos Sociais

Encontro Científico: IX Encontro de Iniciação à Pesquisa

RESUMO

O estudo aborda sobre a prostituição em diálogo com a questão da proteção social e Direitos Humanos com uma breve relação entre teorias da formação e sustentação da sociedade patriarcal e seus determinismos ao papel da mulher na sociedade, onde discorre em conjunto aos relatos das mulheres interlocutoras da pesquisa sobre o que representa para elas essa vivência cotidiana. Tem como objetivo geral conhecer a prostituição no município de Fortaleza, dialogando com os Direitos Humanos e sociais., percorre-se ainda que de forma sintética os conceitos e posições da prostituição refletida tanto pelos autores como pelos movimentos feministas que fazem parte dessa realidade e ainda sinalizando experiências reais das interlocutoras da pesquisa sobre como é viver a prática da prostituição na cidade de Fortaleza/CE, apresentando assim quais os estigmas vividos, suas percepções de como a prostituição começou a fazer parte de suas vidas e como é para elas a vivência nessa realidade. A natureza da pesquisa é qualitativa, realizada através de pesquisa bibliográfica, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado aplicado às interlocutoras. Trazendo como resultado a conclusão de que a condição de classe foi o determinante acentuado para a atuação na prostituição por meio dessas mulheres.

Palavras-chave: Prostituição, Mulheres, Proteção social, Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso aborda a temática da prostituição na perspectiva de diálogo com a proteção social e os Direitos Humanos. O interesse pelo tema surgiu no decorrer da trajetória acadêmica do curso de Serviço Social, a partir das inquietações sobre a discussão do lugar da mulher na sociedade. Ter optado pelo tema da prostituição tem muitas razões, entre elas algumas específicas que passam pelo interesse pelo tema de uma forma que sempre quis saber o que essas mulheres tinham a dizer sobre elas mesmas, já que a grande maioria da sociedade já tem um conceito pré-fabricado sobre o modo de vida delas.

Não perceber que essas mulheres têm uma vida, são mães, estudantes, que são pessoas; desprezar a subjetividade de cada uma é negá-las em seu direito de ser. E isso sempre me instigou para pensar nas situações que levam a prostituição a ser uma das expressões da



CONEXÃO UNIFAMETRO 2021

XVII SEMANA ACADÊMICA

ISSN: 2357-8645

questão social inserida no cotidiano da periferia, que encontra suas formas de sobrevivência em resposta aos desafios do capitalismo.

A proteção social garantida pela constituição brasileira como um direito das pessoas e um dever do Estado tem como instrumento de viabilização as políticas públicas, cujo objetivo é garantir direitos de forma que as desigualdades sociais sejam diminuídas, construindo, assim, uma sociedade mais justa. O Estado tem o dever de diminuir as diferenças, possibilitando que pessoas em situação de vulnerabilidade social tenham acesso às suas necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação, transporte e lazer. As mulheres sempre estiveram numa situação de preconceito, vivendo em posição de opressão e de negação de direitos.

Com o propósito de “combater todas as formas de discriminação contra a mulher”, o Plano Nacional de Política Para as Mulheres foi criado com base na Conferência Nacional de Políticas Para as Mulheres (I CNPM), quando, em 2004, cerca de 120 mil mulheres se moveram e refletiram sobre suas participações e não participações na política do país. Na ocasião, o lugar de fala foi respeitado, ouvido e refletido na perspectiva de fazer com que existisse, a partir daquele momento, uma política pública voltada para a mulher.

Construído por princípios norteadores, o Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres, defende a igualdade de gênero, que proporciona direitos iguais entre todos, com respeito às diversidades. São levados em consideração: a equidade, onde é garantida a todas as pessoas as mesmas oportunidades; a autonomia das mulheres sobre sua vida, seus corpos e tudo que lhes diz respeito; à universalidade das políticas, em defesa da garantia de direitos sobre todos os aspectos da vida da mulher; a justiça social como afirmação da universalidade das políticas.

Buscar conhecer quais as políticas públicas que as mulheres que vivem da prostituição em Fortaleza têm acesso, é caminhar para além da proposta da política, é conhecer se realmente existe a execução e o acesso aos seus direitos.

O presente estudo tem como objetivo geral conhecer a prostituição no município de Fortaleza, dialogando com os direitos humanos e sociais. Percorre-se, ainda que de forma sintética, os conceitos e posições da prostituição refletida tanto pelos autores como pelos movimentos feministas que fazem parte dessa realidade. Além disso, apresenta experiências reais das interlocutoras da pesquisa sobre como é viver a prática da prostituição na cidade de Fortaleza/CE.

A dimensão social das políticas públicas é retratada por vários âmbitos da pesquisa científica, porém, buscando nas plataformas de pesquisa

como Scielo, EBSCO, dentre outras, não encontrei muitos estudos que tivessem a prostituição como objeto de estudo e, ainda, a política Nacional para as Mulheres e suas contribuições para as mulheres que vivem da prostituição.

Para o Serviço Social, é relevante conhecer e refletir sobre todas as expressões da questão social que aparecem ao longo do tempo, pois as modificações da sociedade trazem expressões novas com características particulares. Mesmo a prostituição não sendo uma questão nova para a sociedade, é compromisso inerente da profissão viabilizar os direitos sociais que essas mulheres têm. Para além disso, deve-se possibilitar que elas gozem de sua liberdade e exerçam sua atividade como qualquer outra profissão inserida na sociedade. Portanto, esta pesquisa pretende entender as causas da contribuição das políticas públicas na vivência da prostituição das mulheres no centro de Fortaleza, contribuir de modo a enriquecer as pesquisas na área social e aprofundar os estudos sobre as expressões da questão social.

Em sintonia com os princípios éticos do Serviço Social que, defendem a liberdade, a igualdade e a luta por direitos em virtude da emancipação humana, o tema de estudo pretende contribuir do ponto de vista acadêmico, social, político e cultural com esse relevante tema.

O presente trabalho está estruturado em descrição da metodologia, resultados e discussões, considerações finais seguidos de referências bibliográficas.

METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza por uma pesquisa bibliográfica e teórica conceitual sobre a mulher e sua vivência na prostituição, seguida de uma pesquisa qualitativa com questionário semiestruturado com autorização na Plataforma Brasil contido no protocolo CAAE: 47323121.7.0000.5618.

Compreendendo o conceito de metodologia como “uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa” (MARTINS, 2004, p. 289), específico que a pesquisa será qualitativa, em vista de descobrir nas narrativas suas particularidades, formada de perguntas semiestruturadas, fundamentada numa pesquisa teórica e documental, com a finalidade de buscar as bases históricas da pesquisa.

Tendo em conta o propósito do estudo, que consiste na análise histórica teórico-conceitual da prostituição no viés de uma sociedade patriarcal estruturada no capitalismo, são apresentados relatos de trajetórias de profissionais do sexo atuantes no centro de Fortaleza/ CE.

Visto que a pesquisa lida diretamente com mulheres que fazem parte de uma minoria carregada de discriminação, é importante

salientar que, como nos diz Goldenberg (2004), a necessidade de perceber o mundo e a realidade pesquisada com a lente dos sujeitos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história da prostituição traça uma linha de transição e características como nos fala Cecarelli (2008), quando menciona que, na antiga civilização grega, a prostituição fazia parte da paisagem cotidiana, era um meio de obtenção de rendimento igual a qualquer outro e uma prática controlada pelo estado. “Curiosa expressão da legendária democracia grega: só as prostitutas tinham acesso ao conhecimento”. (CECCARELLI, 2008, p. 3)

Dialogando com Alves (2012) encontramos históricas formas de posicionamento e atuação do Estado diante das práticas de prostituição. Segundo Alves (2012), o Estado pode adotar até três atitudes: ou o Estado autoriza através de regulamentação específica seu livre exercício, sendo visto como regulamentarista; ou proíbe através de legislação própria seu funcionamento, sendo caracterizado como proibicionista; e a terceira postura é não regulamentar e nem proibir a prostituição em si, mas, criminalizar, com o intuito de abolir quem explora essa atividade, por enxergar nessa prática uma forma de violência.

É importante ressaltar a relevância sobre o estudo e desenrolar da história do capitalismo em conjunto com a sociedade patriarcal moralista com todas as suas imposições à mulher. Sendo assim, podemos ver uma situação de vulnerabilidade por parte do sistema capitalista, subalternidade por parte da sociedade patriarcal e estigmatização da mulher, quando encontra na prostituição uma alternativa de sobrevivência frente a todas as imposições feitas à ela.

Tentar compreender a amplitude e o significado social da prostituição é defini-la frente às estruturas demográficas e matrimoniais, às normalidades e desvios sexuais, aos valores culturais e às mentalidades coletivas de grupos sociais que a toleram ou a reprimem. (ROSSIAUD, 1991, p. 19).

Dar voz a essas mulheres é, de alguma forma, mostrar que elas podem e devem ser vistas, ouvidas e respeitadas em suas escolhas e em tudo serem tratadas com dignidade humana. Procurar saber delas como vivem, quais os fatores que lhes levaram a esse modo de vida, como elas enxergam e significam seu exercício para além dos olhares dos que passam, como elas acessam seus direitos a partir das políticas públicas, são esses principais propósitos deste estudo.



As percepções dessas mulheres se apresentam de forma consistente sobre as suas vivências na realidade pesquisada, trago aqui na íntegra algumas dessas percepções sobre a prostituição e sobre o que as levou a viver a prática.

Entrei pela necessidade, viu. Passei muita fome com meus filhos depois que me separei. Aí uma colega me ofereceu de ir pra experimentar. Eu não gostei da primeira vez, mas gostei de receber e levar pra casa o que meus minino tava precisando. Depois eu comecei a ir todo dia e juntei dinheiro pra sair de lá. Agora eu alugo um cantinho e faço meu próprio dinheiro porque já conheço meus cliente e o perigo é menor. (Priscila, 24 de junho de 2021)

Outro ponto que trouxe consistência ao trabalho foi a percepção das mulheres sobre as políticas públicas e proteção social de que necessitam e não tem acesso.

[...] eu penso assim, em primeiro lugar tinha que ser a saúde, porque a saúde aqui, meu Deus é só a misericórdia, tem vezes que não tem médico da equipe, [...] se você faz um exame, descobre a doença por si só e não recebe o exame, por exemplo, o ginecologista. E tipo assim, você chega de manhã e sai praticamente de tarde ou à noite (Ketlyn, 26 de maio de 2021).

Trazendo assim, ainda que de maneira breve as falas das mulheres interlocutoras, se demonstra a ligação intrínseca entre a desproteção social e a inserção na prostituição, o que leva a perceber que a desproteção foi fator determinante na vida dessas mulheres.

A prostituição tanto pode ser apresentada como a expressão máxima da exploração e vitimação da mulher como da sua libertação, mas, em qualquer um destes extremos, está uma visão parcelar da realidade baseada nos piores e nos melhores casos. Se a vitimação não é intrínseca ao trabalho sexual, também não é verdade que todas as mulheres se sentem libertadas pela prostituição. Seria muito injusto, irresponsável e desonesto ignorar aquelas e aqueles que se sentem vitimadas/os e oprimidas/os no comércio do sexo. (OLIVEIRA, 2013, p. 21)

A realidade, em sua complexidade, sempre nos aparece por meio de formas e expressões que não suportam as determinações morais da sociedade. A prostituição não difere nesse tocante de compreensão. A diversas proporções e modos, mesmo que fortalecidos pelas lutas coletivas, são para além de uma determinação específica e unilateral.

Entende-se, assim, a importância de se debruçar sobre as subjetividades das mulheres que estão inseridas neste determinado contexto. É impossível afirmar que todas as mulheres que vivem da prostituição são obrigadas a estar nessa prática por necessidade econômica, como também é impossível afirmar que todas tenham a mesma consciência de que estão inseridas por uma opção pessoal que lhes empodera em sua vivência de ser mulher, com a prostituição como uma escolha.

A proteção social como garantia de direitos sociais traz questões fundantes na construção da dignidade humana. Refletir como essa discussão dialoga com a realidade da prostituição nos porta a uma reflexão sobre o papel do Estado na dinâmica social de proteção e validação da vida, inerente à condição humana.

O entrelaçamento entre prostituição e direitos humanos permeiam uma infinidade de questões polêmicas e contraditórias que relacionam muitos significados e formas de leitura sobre os assuntos citados. As discussões acerca da junção das duas temáticas carregam algumas posições diferentes e ao mesmo tempo complementares.

A prostituição caminha lado a lado com a vulnerabilidade social, seja ela em parte econômica, por falta de recursos financeiros, na manutenção da vida, seja ela no perigo de arriscar a segurança pessoal e até a vida nos locais de exercício da profissão.

O que traz ao estudo a percepção de que as mulheres inseridas na prostituição que são sujeitos de pesquisa deste trabalho, foram e são inseridas numa realidade de vulnerabilidade social que, as direcionou para a prática da prostituição como alternativa de sobrevivência. Tratando-se assim, de uma violação da proteção social e dos Direitos Humanos inerentes a cada pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se conclui, em síntese, é que o universo vasto e complexo da prostituição, refletido brevemente por meio desta pesquisa, em diálogo com a proteção social e os Direitos humanos, trouxe uma teoria sobre a vivência feminina na sociedade patriarcal, enfatizada pela realidade da mulher na prostituição. Ter os relatos dessas mulheres, na sua vivência cotidiana, como eixo central da pesquisa, nos possibilita perceber a ausência ou ainda a presença nem sempre constante da proteção social, que foi e é parte integrante das realidades dessas mulheres.

Portanto, o estudo reafirma o preconceito bem como o estigma ainda como características que permeiam e se concretizam na realidade da prostituição. A inserção das mulheres, que fizeram parte da pesquisa, na prostituição foi duramente marcada e impulsionada pela condição de classe que, atrelada à desproteção social, não possibilitou outra escolha a não ser a prostituição. Isso, porém, não desvaloriza a teoria discutida pelas vertentes feministas que defendem a prostituição como uma reafirmação do poder feminino bem como a liberdade das mulheres sobre seus corpos. A afirmação da condição de classe como determinante de entrada na prostituição parte da conclusão dos resultados das entrevistas feitas por esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- CECCARELLI, Paulo Roberto. Prostituição – Corpo como mercadoria. In: **Mente & Cérebro – Sexo**, v. 4 (edição especial), dez. 2008. Disponível em: <http://www.cpaqv.org/socioantrop/corpo_prostituicao.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA UFRGS. **Resolução N.º 510**, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cep/resolucoes/resolucao-510-de-07-de-abril-de-2016-2013-ciencias-sociais-e-humanas/view>>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa. 8º ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, Ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>.
- OLIVEIRA, Alexandra. **Andar na vida**. Prostituição de rua e reacção social. Coimbra: Editora Almedina; 2011.
- OLIVEIRA, Alexandra. Prostituição feminina, feminismos e diversidade de trajetórias. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira, n. 28, p. 17-30, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602013000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Disponível em: <www.observatoriodegenero.gov.br/pnpm>.
- ROSSIAUD, Jacques. **A Prostituição na Idade Média**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.